



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000440675

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Execução Penal nº 0002920-62.2025.8.26.0521, da Comarca de Sorocaba, em que é agravante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, é agravado PABLO CANDIDO DOS SANTOS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 1ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ANA ZOMER (Presidente sem voto), FLAVIO FENOGLIO E ALBERTO ANDERSON FILHO.

São Paulo, 6 de maio de 2025.

MÁRIO DEVIENNE FERRAZ

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Agravo em Execução Penal nº 0002920-62.2025.8.26.0521.

Comarca de Sorocaba.

Agravante: Ministério Público.

Agravado: Pablo Candido dos Santos.

Voto nº 50.187.

EMENTA: DIREITO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. RECURSO DESPROVIDO. I. Caso em Exame 1. O Ministério Público recorreu contra decisão que concedeu ao sentenciado Pablo Candido dos Santos a progressão ao regime semiaberto sem a exigência de exame criminológico. Argumenta que a exigência de tal exame para progressão de regime é obrigatória, conforme determinação da Lei nº 14.843/2024, sendo um pré-requisito para a concessão do benefício. II. Questão em Discussão 2. Consiste em determinar se a exigência de exame criminológico, introduzida pela Lei nº 14.843/2024, pode ser aplicada retroativamente a crimes cometidos antes de sua vigência. III. Razões de Decidir 3. A Lei nº 14.843/2024, ao exigir exame criminológico para progressão de regime, constitui novatio legis in pejus, não podendo retroagir em prejuízo de sentenciados condenados sob a legislação anterior. 4. O comportamento carcerário do sentenciado foi considerado bom, sem registro de falta disciplinar e ele cumpriu o lapso exigido da pena, atendendo aos requisitos para progressão de regime. IV. Dispositivo e Teses 5. Recurso desprovido. Tese de julgamento: 1. A Lei nº 14.843/2024 não se aplica retroativamente a crimes cometidos antes de sua vigência. 2. A progressão do regime pode ser concedida com base no bom comportamento carcerário, sem necessidade de exame criminológico, quando não houver fatos concretos que justifiquem a medida. Legislação Citada: CF/1988, art. 5º, XL; LEP, art. 112, § 1º (redação antiga e nova). Jurisprudência Citada: STF, HC nº 240.770, Decisão Monocrática, Min. André Mendonça, j. 28.05.2024; STJ, RHC nº 200.670/GO, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, 6ª Turma, j. 20.08.2024; STJ, AgRg no HC nº 517601, Rel. Min. Nefi Cordeiro, 6ª Turma, j. 10.09.2019, DJe 16.09.2019; STJ, HC nº 531277, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 5ª Turma, j. 10.09.2019, DJe 18.09.2019.

1. Inconformado com a decisão da MM^a Juíza de Direito da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal da Comarca de Sorocaba – DEECRIM 10^a RAJ, que concedeu ao sentenciado Pablo Candido dos Santos a progressão ao regime semiaberto, sem submetê-lo a exame criminológico, o Ministério Público agravou em busca da reforma do julgado. Sustenta que *“o EXAME CRIMINOLÓGICO antes abolido da sistemática da LEP foi REPRISTINADO pela Lei nº 14.843/24 que entrou em vigor em 11.04.2024 alterando o Art. 112, § 1º, da Lei de Execução Penal”*, de modo que se tornou *“uma obrigação e um pré-requisito para a progressão de regime”*. Aduz que essa perícia atende aos princípios da individualização da pena e da isonomia, sendo *“instrumento eficiente e seguro tornar o sentenciado apto à reinserção social”*.

Regularmente processado o recurso e mantida a decisão agravada, pelo provimento opinou a douta Procuradoria de Justiça.

É a síntese do necessário.

2. Da leitura dos autos se depreende que o agravado cumpre pena total de sete anos e quatro meses de reclusão pela prática de crimes de tráfico de entorpecentes, tendo iniciado o desconto dela em 18 de agosto de 2021, com término previsto para 18 de janeiro de 2029 (fls. 18/20).

Por decisão proferida em 14 de março de 2025, a ilustre juíza de primeiro grau concedeu ao sentenciado a progressão ao regime semiaberto, em decisão na qual consignou:

“(...) em que pese o posicionamento sustentando pelo D. Representante do Parquet, este magistrado entende que a nova redação conferida ao artigo 112, §1º, da Lei de Execução Penal, acrescentada pela Lei nº 14.843/2024, que entrou em vigor em 11/04/2024, ao impor novo requisito à progressão de regime prisional, constitui verdadeira novatio legis in pejus – a qual, por forçado princípio da irretroatividade da lei penal mais gravosa, não pode ser aplicada aos crimes cometidos anteriormente à sua publicação. O Colendo Superior Tribunal de Justiça, em sessão realizada em 23/08/2024, por ocasião do julgamento do Recurso em Habeas Corpus nº 200670-GO, decidiu pela inaplicabilidade da Lei nº 14.843/2024 aos crimes pretéritos, estabelecendo o julgado na seguinte ementa: "RECURSO EM HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. LEI N. 14.843/2024. NOVATIO LEGIS IN PEJUS. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA. CASOS COMETIDOS SOB ÉGIDE DA LEI ANTERIOR. PRECEDENTES. (...) Por oportuno, observo que o Ministério Público teve vista dos autos sobre o pedido ajuizado e restringiu-se a requerer a realização de exame criminológico, embora pudesse, na mesma oportunidade, posicionar-se sobre o mérito da benesse. Houve, portanto, a prévia audiência do Ministério Público, a satisfazer a exigência do artigo 67 da Lei de Execução Penal. Assim, superada a única questão apontada pelo Parquet, que se resolve com a inaplicabilidade da Lei nº 14.843/2024 aos casos pretéritos, no mérito, o pedido é procedente. Conforme cálculo de penas a fração necessária à progressão de regime já fora resgatada pelo postulante, e foi comprovando o bom comportamento carcerário, à vista do atestado de conduta carcerária expedido pela Direção Prisional. Presentes, portanto, os requisitos legais. Ante todo o exposto, com fundamento no artigo 112, da Lei de Execução Penal, promovo ao REGIME SEMIABERTO de prisão: PABLO CANDIDO DOS SANTOS (...).” (fls. 24/26).

No exame do inconformismo, é bem de ver que a recente Lei nº 14.843/2024, que alterou a redação do artigo 112, § 1º, da Lei de Execução Penal, estabelecendo agora que “Em

todos os casos, o apenado somente terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, e pelos resultados do exame criminológico, respeitadas as normas que vedam a progressão”, entrou em vigor no dia 11 de abril de 2024.

Todavia, essa nova lei, *-que tem caráter misto, de ordem processual penal, por trazer nova disciplina a ser observada quanto aos pedidos de progressão de regime, bem como de ordem penal, por versar sobre execução de penas,-* ao prever a realização de exame criminológico para fins de evolução de estágio prisional, constitui nesse ponto lei penal mais severa, que a teor do preceituado pelo artigo 5º, XL, da Constituição Federal, não pode retroagir em prejuízo de sentenciados que foram condenados e cumprem pena por delitos praticados antes da vigência da norma atual.

No caso vertente, como o agravado cumpre pena por crimes de tráfico de entorpecentes cometidos em 18.08.2021 e 16.12.2022 (fls. 19/20), antes, portanto, da vigência da Lei nº 14.843/2024, que promoveu as citadas alterações na Lei de Execução Penal, tornando obrigatória a realização do exame criminológico para fins de progressão de regime, e já descontou o lapso necessário de sua pena para a progressão, bem como comprovou a boa conduta carcerária (fl. 17), a novel legislação não pode retroagir para regular o caso em análise, por criar condição para a concessão do benefício não prevista na lei à época da prática das infrações.

Como observou o ilustre Ministro André Mendonça, do colendo Supremo Tribunal Federal, *“tendo em vista o princípio da individualização da pena, o qual também se estende à fase*

executória, consistindo em inovação legislativa mais gravosa, faz-se necessária a incidência da norma vigente quando da prática do crime, somente admitida a retroatividade de uma nova legislação se mais favorável ao sentenciado (novatio legis in melius).” (HC nº 240.770, decisão monocrática proferida em 28.05.2024).

No mesmo sentido decidiu o egrégio Superior Tribunal de Justiça, em acórdão assim ementado: *“RECURSO EM HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME CRIMINOLÓGICO. LEI N. 14.843/2024. NOVATIO LEGIS IN PEJUS. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA. CASOS COMETIDOS SOB ÉGIDE DA LEI ANTERIOR. PRECEDENTES. 1. A exigência de realização de exame criminológico para toda e qualquer progressão de regime, nos termos da Lei n. 14/843/2024, constitui novatio legis in pejus, pois incrementa requisito, tornando mais difícil alcançar regimes prisionais menos gravosos à liberdade. 2. A retroatividade dessa norma se mostra inconstitucional, diante do art. 5º, XL, da Constituição Federal, e ilegal, nos termos do art. 2º do Código Penal. 3. No caso, todas as condenações do paciente são anteriores à Lei n. 14.843/2024, não sendo aplicável a disposição legal em comento de forma retroativa. 4. Recurso em habeas corpus provido para afastar a aplicação do § 1º do art. 112 da Lei de Execução Penal, com redação dada pela Lei n. 14.843/2024, determinando o retorno dos autos ao Juízo da execução para que prossiga na análise do pedido de progressão de regime.” (RHC nº 200.670, 6ª Turma, Relator Ministro Sebastião Reis Júnior, julgado em 20.08.2024, DJe de 23.08.2024).*

Assim, na hipótese vertente, cumpre aplicar a norma mais favorável ao sentenciado, qual seja, a do artigo 112, § 1º, da Lei de Execução Penal, na redação antiga, assim redigida: *“Em todos os casos, o apenado só terá direito à progressão de regime se ostentar boa conduta carcerária, comprovada pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão”.*

Realmente, considerando a anterior redação do artigo 112 da Lei de Execução Penal, o juiz não estava obrigado a exigir parecer da Comissão de Classificação ou do Conselho Penitenciário para a concessão de progressão ou livramento condicional, podendo, caso entendesse ser suficiente, avaliar o requisito subjetivo com base no parecer da direção do presídio sobre o comportamento carcerário do sentenciado.

Evidentemente que, havendo fundadas razões a gerar dúvida no espírito do julgador quanto ao comportamento do condenado, nada impedia se determinasse a realização do exame criminológico pela equipe multidisciplinar, mormente nos casos em que se observava anotação de infrações disciplinares recentes, vida carcerária irregular e registro de fuga, por exemplo. O que não era possível admitir era fazer da exceção regra para se exigir, contrariamente ao disposto na lei e sem base concreta, a realização do exame criminológico, sabidamente demorado, o que vinha em prejuízo do reeducando, apenas por ter sido o agente condenado por delito considerado grave e, eventualmente, ser longa a pena a cumprir, sem que se apontasse fato concreto ocorrido no curso da execução penal a justificar a medida, notadamente quando, como aqui ocorre, não há registro de infrações disciplinares, tendo sido atestado como bom o seu comportamento carcerário (fls. 17 e 20), a bem revelar estar assimilando, de forma satisfatória, a terapêutica penal aplicada.

Nesse sentido vinha decidindo o egrégio Superior Tribunal de Justiça, ao deixar assente que “*Circunstâncias atinentes ao crime praticado e ao tempo de pena a cumprir não são suficientes para impedir a progressão e exigir a realização de exame criminológico, sendo necessária a ponderação de fatos ocorridos no curso da própria execução penal.*” (AgRg no HC nº 517601, 6ª Turma,

Relator Ministro Nefi Cordeiro, julgado em 10.09.2019, DJe de 16.09.2019) e *“Sobre a matéria, esta Corte Superior de Justiça pacificou entendimento no sentido de que fatores relacionados ao crime praticado são determinantes da pena aplicada, mas não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, de modo que a avaliação do cumprimento do requisito subjetivo somente poderá fundar-se em fatos ocorridos no curso da própria execução penal.” (HC nº 531277, 5ª Turma, Relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 10.09.2019, DJe de 18.09.2019).*

Nessa trilha se alinham vários julgados desta Câmara em casos análogos (**Agravos nº 0011164-18.2017.8.26.0502 e 9000063-32.2017.8.26.0047, julgados respectivamente em 18.12.2017 e 11.09.2017, ambos relatados pelo Desembargador Figueiredo Gonçalves; Agravos nº 0005754-43.2022.8.26.0521, 0004455-67.2022.8.26.0509 e 0012291-84.2024.8.26.0521, todos deste Relator, julgados respectivamente em 12.09.2022, 24.10.2022 e 12.02.2025; entre outros).**

Muito embora parecesse temerária a substituição da exigência do parecer da Comissão Técnica de Classificação e a submissão do reeducando a exame criminológico, como condição para se aferir seu merecimento com vista a eventual progressão de regime prisional ou de livramento condicional, por um simples atestado de boa conduta passado pela direção do presídio em que recolhido o condenado, está claro ter sido essa a intenção do legislador ao editar a Lei nº 10.792/2003, que deve ser observada pelo Juízo das Execuções Penais, sob pena de violação ao disposto no artigo 112 da Lei de Execução Penal, em sua anterior redação.

Assim, se o requisito temporal foi atendido

e o agravado não apresentava registro de falta disciplinar, bem como nenhum fato concreto foi apresentado para justificar sua permanência no estágio em que se encontrava, era mesmo imperioso reconhecer a presença do mérito à evolução pretendida.

Oportuno ainda ressaltar que, muito embora sejam graves os delitos pelos quais o agravado foi condenado, tal circunstância não constitui óbice à progressão de regime prisional, até porque o legislador já considerou a elevada censurabilidade dessa conduta ao estabelecer penas expressivas para as infrações dessa natureza.

Como já se decidiu sobre a matéria, “*A gravidade do crime não constitui óbice à progressão prisional, até por falta de previsão legal, e já teve sua expressão considerada pelo legislador na cominação da pena. Não fosse assim o sentenciado não teria qualquer incentivo para agir meritoriamente. Acabaria cumprindo toda a pena, tornado letra morta o disposto no art. 112 da Lei 7.210/84 (LEP).*” (**Agravo em Execução Criminal nº 211.782-SP, julgado em 27.12.1996. Nesse sentido: RT 714/353**).

Outrossim, não se pode esquecer que qualquer progressão de regime prisional envolve sempre um risco, consciente e calculado, quanto ao acerto da medida. Porém, forçoso reconhecer que se espera o sucesso da escolha feita, porquanto ela se baseia em dados concretos e objetivos que fazem presumir a correção do decidido.

Se não bastasse, verifica-se que, decorrido cerca de um mês desde a decisão concessiva da promoção ao regime prisional semiaberto, não se tem notícia de inaptidão por parte do agravado, circunstância reveladora de que ele era



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

realmente merecedor da evolução, tendo se mostrado correta a decisão proferida com base nos dados existentes.

Portanto, como nada recomenda alterar o decidido, o desprovimento do recurso se impõe, como melhor medida.

3. Destarte, pelo meu voto, nega-se provimento ao recurso.

MÁRIO DEVIENNE FERRAZ
- Relator -